

A construção de redes no mercado de produtos orgânicos: o caso do Circuito Sul de Circulação e Comercialização da Rede Ecovida de Agroecologia

The network building in the organic products market: the case of the Southern Circulation and Trading Circuit of the Rede Ecovida Agroecology

La construcción de redes en el mercado de productos orgánicos: el caso del Circuito Sur de Circulación y Comercialización de la Rede Ecovida de Agroecología

Márcio Freitas Eduardo

<https://orcid.org/0000-0003-2641-1636>

marcio.eduardo@uffs.edu.br

Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, UFFS, Erechim, RS, Brasil

Roberto Antônio Finatto

<https://orcid.org/0000-0001-8467-5133>

robertofinatto@gmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil

Jóice Konrad

<https://orcid.org/0000-0002-8876-3832>

joice.konrad@ifsc.edu.br

Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Xanxerê, IFSC, Xanxerê, SC, Brasil

Resumo: O presente artigo aborda o mercado de produtos orgânicos destacando o papel das redes para a criação de espaços de comercialização. Com base em dados sobre a produção orgânica e na análise de experiências vinculadas ao Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, tratou-se de discutir e problematizar as escalas nas redes dos produtos orgânicos, com destaque para a circulação daqueles oriundos da agricultura camponesa. Nestes termos, o mercado é formado por territorialidades em disputa, resultando em conflitos entre os agentes hegemônicos e contra-hegemônicos que se utilizam de diferentes práticas espaciais para ampliar suas escalas de atuação e fortalecer os seus respectivos projetos territoriais. A agricultura camponesa, por meio de relações multiescalares, tem criado alternativas exitosas no mercado de produtos orgânicos proporcionando o fortalecimento da sua autonomia relativa com base na Agroecologia.

Palavras-chave: Agroecologia, comercialização, campesinato, mecanismos de mercado.

Abstract: This article addresses the market of organic products, highlighting the role of networks for the creation of trading spaces. Based on organic production data and on the analysis of different experiences linked to the Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia (Southern Circuit of Circulation and Commercialization of Agroecological Products of the Ecovida Agroecology Network), the aim was to discuss and problematize the scales in the networks of organic products, with emphasis on the peasant agriculture. In these terms, the market is formed by disputed territorialities, leading to conflicts between hegemonic and counter-hegemonic agents who use different spatial practices to expand their scales of action and strengthen their respective territorial projects. Peasant agriculture, through multi-scale relationships, has created successful alternatives in the organic products market, strengthening its relative autonomy based on Agroecology.

Keywords: Agroecology, trading, peasantry, market mechanisms.

Resumen: Este artículo aborda el mercado de productos orgánicos, destacando el rol de las redes para la creación de espacios de comercialización. Basándose en datos acerca de la producción orgánica y en el análisis de diferentes experiencias vinculadas al Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, se ha discutido y problematizado las escalas en las redes de los productos orgánicos, con destaque para la circulación de los productos provenientes de la agricultura campesina. En esos términos, el mercado es formado por territorialidades en disputa, productoras de conflictos entre los agentes hegemónicos y contra hegemónicos, que se utilizan de diferentes prácticas espaciales para ampliar su escala de actuación y fortalecer sus respectivos proyectos territoriales. La agricultura campesina, por medio de relaciones multiescalares, ha creado alternativas exitosas en el mercado de productos orgánicos, proporcionando el fortalecimiento de su autonomía relativa con base en la agroecología.

Palabras clave: Agroecología, comercialización, campesinado, mecanismos de mercado.

INTRODUÇÃO

A exclusão social e a degradação ambiental geradas pelo modelo de produção da agropecuária convencional têm projetado arranjos, integrando atores do campo e da cidade, os quais merecem ser analisados com a devida atenção. Essa questão está associada à crescente construção de conhecimento público sobre a importância do alimento orgânico e à necessidade de novas relações de produção e de mercado – que incorporem uma efetiva ética ecológica e interações mais claras e horizontais da produção à comercialização.

Se, por um lado, “o capital transformou a questão ambiental em um grande negócio” (Harvey, 2016, p.231), por outro surgem experiências diversas com potencial para a preservação ambiental e a geração de renda. Neste escopo, situamos a Agroecologia como uma alternativa capaz de preservar e ampliar a autonomia relativa dos camponeses, integrando o campo e a cidade, ao promover e propor mudanças qualitativas no sistema agroalimentar.

A Agroecologia, assim como outros movimentos de resistência instalados nas “fissuras do capitalismo” (Holloway, 2013), é resultado da ação e da articulação de práticas

espaciais insurgentes engendradas por diferentes sujeitos e instituições. A “fissura” é o resultado do próprio ato de existir, o qual em um ambiente hostil remete aos sujeitos, famílias, entidades, associações, movimentos sociais, órgãos públicos e empresas que apoiam a Agroecologia, e assim à necessidade de construção de suas próprias políticas de existência.

Este texto tem como objetivo analisar aspectos do mercado de produtos orgânicos, com destaque para a circulação daqueles produtos oriundos da agricultura camponesa. Isso com base em dados sobre a produção orgânica e na análise da experiência do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, na Região Sul do Brasil.

A metodologia para o desenvolvimento do texto deu-se por meio de revisão de literatura, pesquisa em dados sobre a produção orgânica disponibilizados pelo *Institute of Organic Agriculture* (FiBL) e *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM) e trabalho de campo. Este último é resultado de uma pesquisa participante (Brandão & Borges, 2007), ou seja, com a participação direta dos autores em reuniões e atividades realizadas pelas organizações envolvidas da Rede Ecovida de Agroecologia¹. Assim, a coleta das informações, o levantamento de dados e sistematização de informações sobre o Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia², ocorreu através de interações e diálogos com grupos focais durante o período de 2017 a 2022.

O texto está estruturado em três itens: a) a “fissura” agroecológica em face da hegemonia do agronegócio no Brasil; b) as dinâmicas espaciais no mercado de produtos orgânicos; e, c) o projeto territorial do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia. Diante desta estrutura, pretende-se contextualizar a importância da Agroecologia como contraponto ao agronegócio convencional no cenário econômico-agrário nacional e destacar as ações em rede multiescalares produzidas pelos “atores sintagmáticos” (Raffestin, 1993) da Agroecologia, a partir desta experiência concreta no Sul do país.

A “FISSURA” AGROECOLÓGICA EM FACE DA HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Em obra intitulada “Fissurar o Capitalismo”, Holloway (2013) instiga a reflexão a respeito das ações das “pessoas comuns”, no sentido da diversidade de práticas sociais,

-
- 1 A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998 como resultado da articulação do trabalho de um conjunto de instituições e grupos de agricultores da Região Sul do Brasil. Ela é formada por núcleos regionais constituídos por grupos de agricultores, ONGs, associações e cooperativas. Possui um funcionamento horizontal e descentralizado estruturado com base nas coordenações dos núcleos e na coordenação geral formada por representantes de cada estado onde ela está presente (Ecovida, 2021).
 - 2 Considera-se que a produção agroecológica rompe com a estrutura da produção agropecuária convencional típica do agronegócio, mas o mesmo não ocorre com a produção orgânica, pois ela pode preservar a mesma estrutura da produção convencional, bastando a substituição de insumos, conforme orienta a legislação vigente, para que os produtos dela oriundos sejam considerados orgânicos. Por força da legislação, o produto orgânico pode ter origem em diferentes sistemas orgânicos de produção agropecuária e industrial (ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam os princípios da Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003) (Brasil, 2003). O termo “produto orgânico” é, portanto, genérico, e neste texto será utilizado inclusive quando for em referência aos produtos oriundos do sistema agroecológico de produção. O contexto informará ao leitor o sistema que o originou.

espaciais e temporais que se apresentam como movimentos de “recusa-e-criação” em face de um sistema-mundo marcado pela desesperança. O autor convida a apreender as contradições do mundo moderno de maneira diferente, redirecionando o olhar (e a teoria) para a constituição das “fissuras”, isto é, para os espaços e tempos criados cotidianamente nos interstícios do capitalismo em benemérito da realização de ações que agreguem significados, concretos ou simbólicos, à existência.

Holloway (2013, p.12) explica que, “a abertura de fissuras é a abertura de um mundo que se apresenta como fechado. É a abertura de categorias que em sua superfície negam o poder do fazer humano, para descobrir em seu núcleo o fazer negado e encarcerado”. Assim, consideram-se as práticas agroecológicas como experiências de abertura de “fissuras” no capitalismo; sendo elas, concomitantemente, uma recusa e uma criação. Um fazer social e territorial diferente, baseado na pluralidade e na reconexão com os ambientes que contrasta com a aparente solidez monocultural e com o pressuposto da dominação inerente à agricultura convencional e ao modelo de desenvolvimento do agronegócio.

A “fissura” agroecológica compreendida aqui é prenhe dessa “dialética da inadequação” (Holloway, 2013). A recusa em adequar-se a um sistema produtivo que aliena e explora, conscientemente ou por força da necessidade – um princípio latente nos desafios da transição/conversão agroecológica –, produz um movimento dialético de crise e resignificação em direção à criação continuada do novo, seja ele produtivo, organizacional, ético, estético, etc. Nesse sentido, importa salientar que a agroecologia não representa uma volta ao passado, mas sim expressa, com simplicidade e com base nos limites impostos à sua expansão, um equilíbrio dinâmico com grande potencial de flexibilidade e de inovação (típico das territorialidades camponesas) diante dos desafios enfrentados pela humanidade – especialmente aqueles atrelados à degradação ambiental e à insegurança alimentar e nutricional³.

A crescente pressão exercida sobre os agricultores camponeses para extração de excedentes altamente escoáveis nos mercados internacionais de *commodities* está alinhada a processos multiescalares e sinergicamente coordenados de monopolização do território e de territorialização do monopólio pelo capital (Oliveira, 2001, 2012), consubstanciando o que se designa por agronegócio. O agronegócio compreende um “[...] complexo de sistemas, cuja formação vem acontecendo durante as diversas fases do capitalismo. O capital articulou os sistemas de modo a ampliar o processo de acumulação capitalista” (Fernandes, 2013, p. 30).

Mercados, estruturas de armazenamento e escoamento, conhecimentos, tecnologias, insumos e recursos financeiros são concentrados corporativamente e funcionam, sob a égide do modelo de desenvolvimento do agronegócio, tanto para elevar a produção em larga escala de mercadorias, como para garantir a “sujeição da renda da terra ao capital” (Martins, 1981). Desta forma, o que produzir e como produzir estão condicionados,

3 De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em 2022, 33,1 milhões de pessoas passavam fome no Brasil e mais da metade da população brasileira (58,7%) convivia com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderado ou grave). Segundo a pesquisa, o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em 14 de jun. de 2022.

inexoravelmente, à lógica de construção de heteronomias; condição capaz de viabilizar distintas apropriações da “mais valia social” (Harvey, 2018), isto é, da riqueza gerada pela família agricultora, posta em circulação e apropriada por distintos segmentos econômicos não agrícolas – como empresas de máquinas e insumos, (agro)indústrias, bancos, capital comercial, entre outros.

Além da massiva exclusão e marginalização dos agricultores familiares e camponeses (Mazoyer e Roudart, 2010), a escalada da degradação ambiental, a contaminação da água e dos solos, das pessoas e dos alimentos (Bombardi, 2017) deflagradas pela intensificação da agricultura convencional, calcada no paradigma da quimificação, são resultados dessa racionalidade que aliena para explorar e espoliar os recursos naturais. A sustentabilidade ecológica desse modelo de exploração agrícola apresenta fragilidades, com efeito, caso corrobora-se que desde um ponto de vista econômico, um capitalismo, mesmo que caracterizado por práticas adjetivadas como sustentáveis, continua expressando um sistema econômico-social sempre em expansão (O’Connor, 2002). É nas fragilidades e nos pontos de tensão do modelo hegemônico, por conseguinte, que as lutas devem ser posicionadas para identificação de possíveis “fissuras”.

A partir de 1970, o espaço agrário brasileiro passou por significativas transformações em função da intensificação do modelo produtivo alicerçado na economia primária e agroexportadora. O circuito das *commodities* agrícolas é uma de suas facetas, a qual implica como corolário forte pressão junto aos ambientes (populações e ecossistemas) onde é territorializada. Pode-se considerar, ainda, que a propagação em escala mundial do padrão de consumo alimentar centrado no complexo proteico repercute diretamente nos sistemas agropecuários nacionais (Paula, 2017). No caso brasileiro, isso se reflete na importância da produção da soja e da carne para o mercado internacional.

No ano de 2020, os produtos ligados ao setor primário constaram, considerando-se o valor, entre os principais itens das exportações do Brasil: 1. Soja e derivados (13,4%); 2. Minérios de ferro e derivados (12,3%); 3. Óleos brutos de petróleo e derivados (9,2%); 4. Açúcar de cana (4,1%); 5. Carne de aves e carnes bovinas congeladas (3,1%); e 6. Celulose (2,7%) (OEC, 2020). A China (31,7%), os EUA (10,2%) e a Argentina (4%) foram os principais destinos das exportações do Brasil. Embora, no ano de 2020, o Brasil tenha se posicionado como a 12ª economia mundial em termos de PIB, sua complexidade econômica, conforme o Observatório da Complexidade Econômica, era de apenas 0,44, o que representou o 47º lugar entre 127 países analisados (OEC, 2020).

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a área cultivada com soja, o principal produto de exportação brasileiro, aumentou de 18 milhões de hectares em 2002 para 33 milhões de hectares em 2015/16, um acréscimo de 79% em 13 anos. Os dados referentes à venda de agrotóxicos por cultura revelam que, em 2015, a cultura da soja mobilizou 52% do total de agrotóxicos comercializados. Se forem adicionadas à soja as culturas da cana e do milho, a venda de agrotóxicos para atender a essas três culturas representou 72% (Bombardi, 2017).

No espaço agrário brasileiro, há uma dupla pressão por obtenção de ganhos de produtividade com recursos naturais (Delgado, 2012). De um lado, a incorporação de

novas áreas ao espaço econômico explorado, atual e potencial, a exemplo da fronteira agrícola do MATOPIBA⁴. Nestes novos territórios do agronegócio, a expansão agrícola exerce consumo crescente de recursos naturais não produzidos pelo trabalho humano – solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas, etc. De outro lado, nas zonas de agricultura já consolidada, a exemplo das áreas de agricultura de base familiar do Sul do Brasil, “[...] haverá certamente pressão crescente por aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacote tecnológico agroquímico, com consequências ambientais também predatórias sobre o meio ambiente” (Delgado, 2012, p. 115).

São aspectos que configuram a questão agrária brasileira no século XXI, um “modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais” (Porto-Gonçalves, 2001) marcado, sobretudo, pelo tempo rápido em que se intensifica a “*commoditização*” do território, conduzindo ao avanço e ao adensamento da construção de um legítimo “espaço nacional da economia internacional” (Santos, 1996).

Tal “*morfodinâmica*” da questão agrária brasileira, ao passo que é a expressão da territorialização de resultados pretendidos, reproduz contraditoriamente suas “*fissuras*”, seus pontos de instabilidade e, fundamentalmente, acirra as conflitualidades e o lastro de inadequação ecológica, haja vista que “a superexploração do trabalho [...], assim como a superexploração dos recursos naturais se amalgamam na abordagem histórico-concreta do agronegócio brasileiro dos anos 2000” (Delgado, 2012, p.117).

As práticas agroecológicas que produzem seu existir nas fronteiras da (in)adequação ao modelo econômico-organizacional e técnico-produtivo hegemônico desbloqueiam um mundo aparentemente coeso e fechado para instalarem-se, exercer pressão e, na medida do possível, dilatar seus *lôcus* do outro mundo possível. Como afirma Fernandes (2013, p. 228), “essas duas condições, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de desenvolvimento”.

A agroecologia apoia-se no conteúdo de distintos saberes (ecológicos, econômicos e culturais) para o desenvolvimento de projetos fundamentados na ampliação das autonomias relativas ao capital (Eduardo, 2014). Autonomia que não significa autossuficiência, como nos adverte Dematteis (2007), pois não implica em fechamento com o exterior, mas na capacidade de autogoverno das relações de territorialidade (internas e externas) e de autoprojção de um desenvolvimento centrado nessas relações.

É neste contexto que o mercado se torna elemento central para a análise, pois são nas territorialidades em disputa no mercado que as conflitualidades entre diferentes sujeitos e/ou grupos econômicos se manifestam. A ampliação da autonomia camponesa, hoje mais do que em períodos pretéritos, revela-se na relação que o campesinato desenvolve com o mercado. As práticas agroecológicas de produção e de criação/inserção nos mercados revelam uma grande flexibilidade por parte das famílias e das organizações camponesas

4 O acrônimo MATOPIBA diz respeito a porções dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esse recorte espacial é caracterizado pelas contundentes transformações deflagradas pelo avanço da Fronteira Agrícola brasileira nos últimos anos.

em construírem suas existências nas “fissuras” de insustentabilidade ambiental inerente ao modelo convencional de agricultura.

AS PRÁTICAS ESPACIAIS NO MERCADO DE PRODUTOS ORGÂNICOS

O sistema agroalimentar no período técnico-científico-informacional (Santos, 1996) é formado por um conjunto de redes de abrangência espacial diversa. Ao mesmo tempo em que estratégias hegemônicas de produção, divulgação e comercialização dos produtos alcançam escalas internacionais, também existem importantes ações locais ou regionais contra-hegemônicas.

Não se trata de dicotomizar a existência de lógicas mercantis globais, de outras, necessariamente, locais ou regionais. As inovações técnicas possibilitam aos diferentes grupos, mesmo que com intensidades distintas, ampliar e diversificar a sua atuação, tornando a ação multiescalar um componente comum aos agentes produtores do espaço, aqui, em especial, o espaço agrário.

O crescimento do mercado de produtos orgânicos acompanha a tendência de crescimento mundial dos produtos que proporcionam saúde e bem-estar, estimulado também pela desconfiança dos impactos para a saúde e para o ambiente dos insumos químicos manipulados pela indústria (Dias, Schultz, Schuster, Talamini & Révillion, 2015). De acordo com os dados do ano de 2018, a produção orgânica ocupava 1,5% da área agrícola do mundo, distribuída em 186 países, com cerca de 2,8 milhões de produtores em 7,5 milhões de hectares (FIBL, 2020). Austrália, Argentina e China, respectivamente, possuíam as três maiores áreas de produção, enquanto que Índia, Uganda e Etiópia configuravam-se como os países com o maior número de produtores (FIBL, 2020).

O mercado de orgânicos movimentou quase 97 bilhões de euros em 2018. Estados Unidos da América, Alemanha e França eram os três maiores mercados para os alimentos orgânicos, movimentando mais de 60 bilhões de euros em vendas no varejo no mesmo ano. América do Norte e Europa concentram 87% do valor de venda do mercado, enquanto que Ásia 10%, Oceania 2% e América Latina 0,8% do valor total (FiBL, 2020). Os dados da produção e do mercado de orgânicos indicam a existência de um centro de consumo: EUA e Europa ocidental.

Os produtos orgânicos podem ser encontrados em diferentes canais, mas deve-se considerar a centralidade dos supermercados na comercialização desses alimentos. De acordo com Oosterveer, Guivant e Spaargaren (2010), no setor alimentar, diante do caráter global assumido pela produção e consumo, ainda na década de 1990, os supermercados assumiram a principal posição na comercialização dos alimentos sustentáveis ou verdes.

Os supermercados possuem, por sua vez, apesar da importância na comercialização de alimentos, um conjunto de regramentos que, não raro, dificultam a participação de agricultores camponeses cuja produção dificilmente contempla a regularidade, a padronização e a quantidade desejada pelas grandes redes varejistas. É reconhecida pela literatura a dificuldade de agricultores camponeses lidarem com esse tipo de mercado (Finatto e Corrêa, 2010; Silveira e Guimarães, 2010). Assim, a agricultura de base familiar tem

diversificado canais de comercialização da produção, utilizando mercados institucionais, feiras ecológicas, lojas especializadas, supermercados e exportação – particularmente no chamado comércio justo (Silveira e Guimarães, 2010).

O público que frequenta esses espaços para consumir os produtos é diverso. Apesar de o perfil dos consumidores orgânicos estar geralmente associado a um grupo com maior nível de escolaridade e de classe média ou alta (Silva, Cardoso, Souza & Almeida, 2013; Andrade e Bertoldi, 2012), já é possível identificar mudança no perfil sociodemográfico dos consumidores de produtos orgânicos (Pereira, Müller, Rodrigues, Moutinho, Rodrigues & Botelho, 2015), ou seja, os consumidores possuem um perfil mais difuso em relação à renda, à escolaridade e às motivações para a compra.

O predomínio do consumo de produtos altamente processados, cuja matéria-prima foi produzida por sistemas agropecuários baseados em insumos químico-industriais, explica-se, principalmente, por questões de ordem político-econômica e cultural. Com o objetivo de mudar essa situação e possibilitar, a um só tempo, a produção camponesa e a democratização do acesso aos produtos orgânicos, o trabalho de atores vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia é um exemplo da construção de mecanismos alternativos de mercado. Para Perez-Cassarino e Ferreira (2013, p.187), as organizações vinculadas à Rede buscam

[...] estender a influência de sua concepção de sustentabilidade e equidade social para espaços além da realidade rural, por meio da proposição e realização de mecanismos alternativos de mercado, que se propõe a fortalecer as dimensões sociais, culturais e ambientais em relação à primazia da esfera econômica e mercantil, característica do perfil do atual sistema agroalimentar hegemônico.

Nesse sentido, Souza (2015) ressalta que, apesar das experiências de contiguidade espacial e relações face a face terem perdido importância no atual período do capitalismo, as relações sociais no âmbito local e regional também se relativizam e ganham nova dimensão com a força das redes. Podemos citar como exemplos dessa situação os canais de comercialização alternativos para a produção agroecológica, como o caso do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos vinculado à Rede Ecovida.

A constituição do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia

O Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia é uma experiência pioneira no Brasil. Caracteriza-se, de modo geral, por concatenar uma rede de sujeitos que atuam com Agroecologia no Sul do Brasil, envolvendo, concomitantemente, quatro dimensões: 1) produção; 2) certificação participativa; 3) logística/circulação; e 4) comercialização. A base organizativa do “Circuito Sul” assenta-se na experiência histórica que resultou na criação da Rede Ecovida de Agroecologia (Arl, 2007; Radomsky, 2010) no final da década de 1990: constituída com o intuito de promover um processo inclusivo, ético e autogestionado (pelos próprios

agricultores e consumidores – sistema conhecido como “participativo”) no que tange à certificação da qualidade orgânica dos alimentos⁵.

Na condição de prática contra-hegemônica, a Agroecologia avançou com base no princípio dialético da contradição do real. O movimento em torno da “agricultura alternativa” nos anos 1970, desdobrou-se em (a) práticas produtivas concretas, (b) na evolução dos processos organizativos dos produtores e dos consumidores, (c) na premência pela certificação/garantia da conformidade orgânica dos alimentos (e dos debates a respeito das metodologias possíveis) e (d) nas estratégias empreendidas para as distintas dinâmicas espaciais de comercialização. O “Circuito Sul” é resultado dessa dialética agroecológica.

Desde a primeira década dos anos 2000, a Rede Ecovida de Agroecologia constituiu um Grupo de Trabalho (GT) visando ampliar as discussões e o conhecimento sobre os diferentes formatos de comercialização, bem como produzir ponderações a respeito de seus limites e desafios em sua área de abrangência (Região Sul). Elevar a Agroecologia à condição de um modo economicamente viável de produzir e de viver no campo inclui, necessariamente, a construção de consciência (ambiental, social e de classe), a adoção das melhores práticas possíveis de manejo e o desenvolvimento de uma visão, progressivamente, mais refinada sobre os mercados e as distintas estratégias de comercialização.

Enquanto a lógica da mercadoria fragmenta exacerbadamente a experiência cotidiana (determinadas pessoas produzem, outras certificam, alguns distribuem os produtos ou as informações, etc.), a forma agroecológica de ser e estar no mundo é caracterizada pela integração das distintas dimensões da territorialidade (econômica + política + ambiental + cultural). O agir pautado na disputa territorial, como é o caso do fazer agroecológico no Brasil, coloca a esses sujeitos o desafio de prover por conta própria (e em conjunto “com os seus”, daí o embrião da consciência de classe) as condições de sua reprodução social e da reprodução ecológica de seus territórios. Um desafio que projeta uma experiência integral de vida, mas que também implica em incertezas, em vulnerabilidades e em um gasto de energia social considerável.

Conforme entendimento do GT de comercialização da Rede Ecovida, apesar da dinâmica territorial da agroecologia no Sul do Brasil comportar uma multiplicidade de experiências concretas, as limitações oriundas dos excessivos localismos dos mercados, do exíguo volume escoado, da efêmera diversidade de alimentos ofertados regularmente e dos desperdícios dos “produtos da safra” em cada região (disponíveis em maior volume em determinado momento do ano), eram recorrentes na esfera das experiências de comercialização no âmbito das famílias e organizações da Agroecologia.

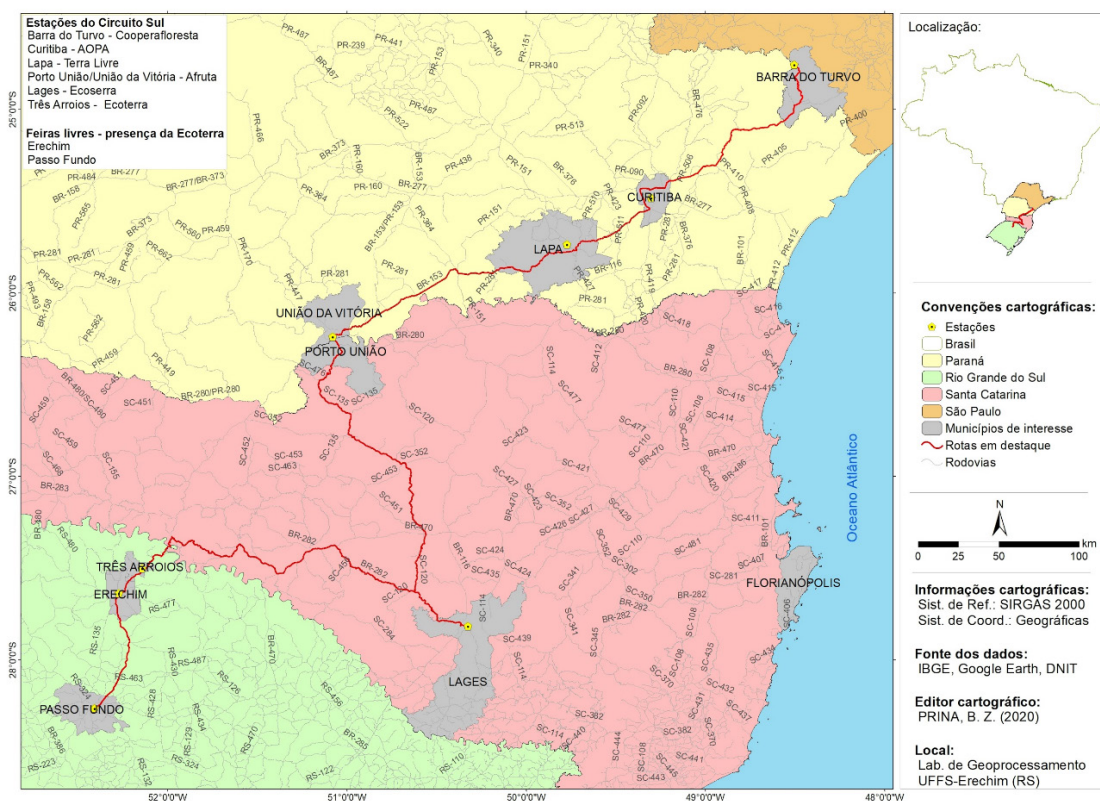
Em paralelo aos trabalhos deste GT, a partir do ano de 2006, outro grupo vinculado à Rede Ecovida passou a produzir sinergias territoriais com a intencionalidade de construir uma articulação que viabilizasse um sistema de distribuição de produtos orgânicos. Essa articulação

5 O processo participativo resultou, inclusive, na legislação que trata da certificação orgânica no Brasil. A modalidade de certificação participativa, em que os sujeitos diretamente envolvidos com a produção orgânica são os responsáveis pela certificação, é resultado direto deste contexto. O *Decreto Federal nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007* define os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica como o “conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa” (Brasil, 2007).

deveria ser capaz de pôr em movimento os produtos com dificuldade de escoamento e de ampliar a capacidade de comercialização por meio de feiras, grupos de consumidores, pequenos estabelecimentos comerciais, restaurantes, padarias e mercados institucionais. Estava, assim, territorializada a iniciativa do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, espaço de articulação que, posteriormente, passou a responder pelo próprio GT de comercialização da Rede Ecovida.

A primeira “rota” do Circuito Sul (mapa 01), estruturada em 2006, tinha como trajeto os municípios onde situavam-se as seguintes associações integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia: Três Arroios/RS (Ecoterra⁶), Lages/SC (Ecoserra⁷), Porto União/SC-União da Vitória/PR (Afruta⁸), Lapa/PR (Cooperativa Terra Livre), Curitiba/PR (AOPA⁹) e Adrianópolis/PR – Barra do Turvo/SP (Cooperafloresta¹⁰). Nesses municípios, as organizações citadas constituíram-se como “nós” centrais, chamados de “Estações-Núcleo” e foram articulando, em municípios e em regiões próximas, pontos de conexão intermediários e vinculados ao seu próprio planejamento.

Figura 01: Rota Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia (2006).



Fonte: coletivo de organizações que integram o Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia (2020).

- 6 Associação Regional de Cooperação e Agroecologia
- 7 Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana
- 8 Associação dos Produtores Ecológicos de Porto União
- 9 Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia
- 10 Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis

Todas as organizações compartilhavam do mesmo problema: o excedente produtivo de determinados alimentos orgânicos e sua impossibilidade de escoamento nos mercados conhecidos até o momento. A Cooperafloresta destacava-se com considerável produção de banana, inhame e pupunha. A Ecoserra, com cebola, maçã e moranga cabotia. A Ecoterra com uma produção considerável de *citrus*, batata-doce e abacate. Todas as organizações com potenciais concretos de aumentar o número de famílias envolvidas, do ponto de vista produtivo, mas com limites flagrantes na esfera da comercialização.

Já a AOPA tinha condições de adquirir quantidades consideráveis de produtos e de distribuir nos espaços de comercialização de Curitiba-PR, contudo necessitava otimizar suas estratégias de mercado com expansão, diversificação e regularidade dos fornecimentos. Esse era o desafio do processo: as “rotas” viabilizariam a conexão entre regiões produtoras e regiões consumidoras, repercutindo-se na articulação de trocas e do estabelecimento de redes de comercialização ao longo do trajeto das Estações-Núcleo.

Essa organicidade foi sendo gradativamente aprimorada e refletiu na redução dos desperdícios de produção, na agregação de renda e na ampliação do número de famílias inseridas nas dinâmicas agroecológicas. Cada associação ou cooperativa, isoladamente, não lograria êxito em manter uma relação de mercado calcada na regularidade e na diversidade de alimentos orgânicos ofertados ao longo do ano. Foi necessária uma estratégia coletiva para resolução de impasses locais. Logo, a articulação entre as Estações-Núcleo, importa ressaltar, não se apoiou apenas em uma oportunidade de construção social e territorial de mercado para a Agroecologia.

Assim como os estudos logísticos e os planejamentos produtivos, as questões políticas e éticas sempre foram matérias de alta relevância para o desenho e a coesão entre os atores do “Circuito Sul” (Magnanti, 2008; Eduardo, Klein & Gonçalves, 2020), a saber:

- a) Encurtar a distância entre produtores(as) e consumidores(as), estabelecendo relações éticas e solidárias;
- b) Oportunizar a inserção de famílias na Agroecologia, sobretudo certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia (Associação Ecovida de Certificação Participativa) e que adotassem um sistema produtivo diversificado (menos vulnerável economicamente – tanto para a estação quanto para o agricultor, e, por extensão, para o “Circuito Sul” – em face da monocultura);
- c) Cada Estação-Núcleo, ao realizar sua comercialização através do “Circuito Sul”, concomitantemente, tem o compromisso de adquirir produtos de outras Estações-Núcleo, para que os caminhões não circulem ociosamente ao longo das rotas e ampliar a oferta de alimentos orgânicos;
- d) A cada quarenta e cinco dias, no máximo, ocorre uma reunião itinerante entre os representantes das Estações-Núcleo do circuito. Nesses momentos, são tomadas decisões sobre as estratégias logísticas e de comercialização, sobre a formação de preços e são realizados os acertos financeiros entre as Estações-Núcleo. Todas as operações são transparentes entre os envolvidos. A identidade, as relações de confiança e a coesão do grupo vão se otimizando, paulatinamente;

- e) Cada Estação-Núcleo possui autonomia interna de gestão produtiva, logística e financeira. Há estações, por exemplo, que ofertam seus produtos levando em consideração os preços de mercado; já outras, possuem um planejamento exclusivamente interno para a composição dos preços;
- f) Primar pelo estabelecimento de relações de mercado com foco nos pequenos estabelecimentos, nas feiras-livres e no mercado institucional¹¹.

Outra característica marcante da experiência está relacionada ao elevado grau de autonomia relativa e de autogestão que os sujeitos do “Circuito Sul” mantêm ao longo de quase todo o processo: produzem com base nos preceitos agroecológicos; a certificação é viabilizada por um Sistema Participativo de Garantia; o acompanhamento técnico é realizado por organizações e entidades vinculadas à Rede Ecovida; o trabalho nas Estações-Núcleo é realizado pelos próprios agricultores; os veículos utilizados são de propriedade dos agricultores e são eles ou seus filhos, em sua maioria, os motoristas e a comercialização é realizada, prioritariamente, com organizações e empreendimentos “parceiros”.

As distintas “rotas” logísticas são estruturadas articulando as Estações-Núcleo e os parceiros comerciais em cada estado. As principais Estações-Núcleo do Circuito, em termos de densidade de interações¹², em 2021, compreendiam as organizações e localidades apresentadas no quadro 01.

Quadro 01: principais Estações-Núcleo do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia (2021).

Estado(s)	Estações-Núcleo
Rio Grande do Sul	Associação Regional de Cooperação e Agroecologia - ECOTERRA (Três Arroios); Cooperativa Econativa Serra (Ipê) e Litoral (Três Cachoeiras); Agroindústria Carraro (Vacaria); e Suliani Alimentos Orgânicos e CAORE (Central de Alimentos Orgânicos e Ecológicos, Caxias do Sul).
Santa Catarina	Cooperativa de Organização, Produção e Comercialização Solidária do Planalto Norte/SC - COMSOL (Irineópolis); Orgânicos Serrano (São José do Cerrito) e Cooperativa Ecológica dos Agricultores, Artesãos e Consumidores da Região Serrana - ECOSERRA (Lages).
Paraná e São Paulo	Estação-Núcleo Curitiba (coletivo de organizações), Cooperativa de Agricultores Orgânicos e de Produção Agroecológica - COAOPA (Colombo/PR); Cooperativa de Famílias de Agricultores Ecológicos de São Mateus do Sul - COFAECO (São Mateus do Sul/PR); Cooperativa dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo, Adrianópolis e Bocaiúva do Sul - COOPERAFLORRESTA (Barra do Turvo/SP, Adrianópolis/PR e Bocaiúva do Sul/PR) e Estação-Núcleo São Paulo (coletivo de organizações, cidade de São Paulo).

Fonte: coletivo de organizações que integram o Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia. Organização: autores, 2022.

O Circuito Sul envolve mais de 1.600 famílias e organizações de assessoria que atuam em diferentes etapas entre a produção e o consumo final (CETAP, 2020). A diversidade produtiva é uma tônica nesse processo. Somente na Estação-Núcleo da Ecoterra/RS, em 2020, foram escoados, aproximadamente, 35 toneladas de alimentos orgânicos semanalmente e o

11 Especialmente direcionado às demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

12 Cabe ressaltar que há dezenas de outras organizações, empresas e famílias envolvidas nessa articulação, incluídos nessa rede de variadas formas e situados também nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Outra observação é de que o “Circuito Sul” é uma articulação muito dinâmica e sua composição mais geral está em constante evolução. Aqui apresentamos, tão somente, as articulações mais coesas pertencentes à experiência analisada.

planejamento produtivo para o ano de 2022 considerou 80 itens produzidos pelas famílias da associação, incluindo alimentos *in natura* e processados.

Há conexões com outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia e se encontram em diferentes fases de consolidação. O desafio logístico da agenda diz respeito a formar um Circuito Agroecológico Nacional, concatenado e inspirado na experiência pioneira do Circuito Sul.

Ademais, as práticas agroecológicas inscrevem-se geograficamente através do movimento de territorialização das intencionalidades e dos projetos de seus “atores sintagmáticos” (Raffestin, 1993). São sínteses sempre refeitas de “projeções espaciais de relações de poder”, como argumenta Souza (1995 e 2009). Consubstanciam, portanto, territórios e territorialidades em suas lógicas específicas de apropriação e produção do espaço.

No caso estudado, a territorialização da agroecologia está calcada em mudanças progressivas nas territorialidades, de formas “passivas” (heterônomas e desconexas ambientalmente), para formas “ativas” (com maior incidência de autonomia e de conexão com o ambiente nos projetos de desenvolvimento territorial). Na construção das formas “passivas de territorialidade” (Dematteis, 2008), com efeito, os sujeitos têm seus comportamentos pré-definidos e estão sujeitos a estruturas de controle baseadas em acordos sinérgicos às expectativas da exterioridade (a exemplo da avicultura moderna integrada ou do complexo convencional da soja).

Esses sujeitos não desenvolvem seus projetos e, por isso, não articulam formas de desenvolvimento territorial com maior autonomia e engajamento com o ambiente, como expressas nos processos de “territorialidades ativas” (Dematteis, 2008; Dematteis & Governa, 2002) presentes na dinâmica territorial do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da Agroecologia tem agregado novos elementos à questão agrária e complexificado os sentidos da luta na terra e pela vida (envolvendo, frise-se, o campo e a cidade). Sendo assim, para a Geografia, abre-se um campo fértil à investigação e à intervenção, pois a Agroecologia agrega uma importante e inevitável conotação espacial: em sua essência, trata-se de uma forma de produzir em cooperação com as dinâmicas da natureza e em sintonia com os distintos patrimônios culturais.

A Agroecologia, inclusive, serve de base para a sustentação de propostas (políticas, produtivas e tecnológicas) a respeito de outros arranjos possíveis para alinhar, concomitantemente, a produção de alimentos com os desafios contemporâneos da preservação ambiental e da inclusão social. Logo, o mercado constitui-se como elemento central para viabilizar esta produção. Práticas espaciais contra-hegemônicas materializadas em redes de solidariedade, cooperação e complementaridade possibilitam a ampliação da autonomia relativa dos agricultores camponeses e a territorialização de um projeto de desenvolvimento distinto ao do agronegócio.

O projeto de autonomia, inerente à constituição e organização do Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida de Agroecologia, foi construído em rede, por “fazeres-coletivos” (Holloway, 2013). Foram criadas relações – materiais e imateriais – demarcadas e construídas pelas redes de sujeitos e organizações de agricultores ao instituírem suas práticas espaciais voltadas para produção e comercialização agroecológica. Inicialmente, isso ocorreu nas unidades de produção e, posteriormente, nas comunidades, articulando agricultores camponeses de diferentes municípios e estados. A efetividade da produção agroecológica exigiu a combinação de ações em várias escalas.

A materialização das redes de comercialização permitiu aos agricultores articular escalas de produção e consumo, tornando os produtos orgânicos acessíveis a um público mais amplo. O Circuito Sul, pela capacidade de fortalecer a agricultura camponesa, representa um importante mecanismo na construção territorial de mercados para a Agroecologia.

AGRADECIMENTOS

Pesquisa realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - UNIVERSAL). Agradecemos ao coletivo de organizações que compõem o Circuito Sul de Circulação e Comercialização de Produtos Agroecológicos da Rede Ecovida, pela generosidade em compartilhar conosco suas práticas e seus projetos.

REFERÊNCIAS

- Andrade, L.M.S & Bertoldi, M.C. (2012). Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos em Belo Horizonte - MG. *Braz. J. Food Technol.*, 15, 31-40.
- Arl, V. (2007). *Caderno de Formação 01. Rede Ecovida de Agroecologia*. 46p.
- Bombardi, L.M. (2017). *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH - USP.
- Brandão, C.R. & Borges, M.C. (2007). A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*. 6(1), 51-62.
- CETAP, Centro de Tecnologias Alternativas Populares. (2020). *Alimentos Agroecológicos: aproximando pessoas e mudando atitudes*. Recuperado de https://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/Revista-CETAP-IAF-2020_portugues.pdf.
- Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. *Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm
- Delgado, G.C. (2012). *Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Dematteis, G. & Governa, F. (2002). Território y Territorialidad en el Desarrollo Local: la contribución del modelo SLOT. *Boletín de la A.G.E.*, 39, p. 31-58.
- Dematteis, G. (2007). O Território: uma oportunidade para repensar a Geografia. In: M.A. Saquet. *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Expressão Popular.

- _____. (2008). Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: A.F. Alves, B.R. Carrijo & L.Z.P. Candiotto (Orgs.). *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia* (pp. 33-46). São Paulo: Expressão Popular.
- Dias, V.V., Schultz, G., Schuster, M.S., Talamini, E. & Révillion, J.P. (2015). O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, XVIII(1), p.161-182.
- Ecovida. (2021). *Rede Ecovida de Agroecologia*. Recuperado de <http://ecovida.org.br/sobre/>
- Eduardo, M. F. (2014). *Transformando Terra em Território: construção e dinâmica do Sistema Local Territorial agroecológico em Francisco Beltrão/PR*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Estadual do Oeste Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, FCT-UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Eduardo, M. F., Klein, E. J. & Gonçalves, G.J. (2020). A Ecoterra e seu constructo territorial de mercado: As experiências de venda direta como antecedentes do Circuito Sul de circulação e comercialização de produtos agroecológicos, criado no contexto da Rede Ecovida de Agroecologia. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, 2(2), 144, 2020. Recuperado de <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/26586>.
- Fernandes, B.M. (2013). *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico*. Tese de Livre docência em Geografia. Universidade Estadual do Oeste Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, FCT-UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- FIBL – Research Institute of Organic Agriculture. (2020). *The World of Organic Agriculture 2020 - Statistics and Emerging Trends 2020*. Edited by H. Willer, B. Schlatter, J. Trávníček, L. Kemper & J. Lernoud. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL), Frick; IFOAM – Organics International, Bonn.
- Finatto, R.A. & Corrêa, W.K. (2010). Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 5(1), 95-105.
- Harvey, D. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2018). *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Holloway, J. (2013). *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil.
- Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. *Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências*. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm
- Magnanti, N. J. (2008). Circuito Sul de Circulação de Alimentos da Rede Ecovida de Agroecologia. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa*, v. 5, n. 2, jun. p. 26-29.
- Martins, J.S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Mazoyer, M. & Roudart, L. (2010). *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD.
- O’Connor, J. (2002). Es posible el capitalismo sostenible? In: H. Alimonda (Org.). *Ecología Política, Naturaleza, Sociedad y Utopía*. Buenos Aires: CLACSO.
- OEC, Observatório da Complexidade Econômica. (2020). *Brasil, importação e exportação em 2020*. Recuperado de <https://legacy.oec.world/pt/profile/country/bra/>.
- Oliveira, A.U. (2001). *A Agricultura Camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto.
- _____. (2012). A Mundialização da agricultura brasileira. *Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica*. Bogotá - Colômbia. Recuperado de <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>.
- Oosterveer, P., Guivant, J.S. & Spaargaren, G. (2010). Alimentos verdes em supermercados globalizados: uma agenda teórico-metodológica. In: J.S. Guivant, G. Spaargaren, & C. Rial (Orgs.). *Novas práticas alimentares no mercado global* (pp.15-58). Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Paula, N. M. (2017). *Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios*. Curitiba: CRV.

- Pereira, M.C., Müller, C.R., Rodrigues, F.S.A., Moutinho, A.B.A., Rodrigues, K.L. & Botelho, F.T. (2015). Mudança no perfil sócio demográfico de consumidores de produtos orgânicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(9), 2797-2804.
- Perez-Cassarino, J. & Ferreira, A.D.D. (2013). Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede Ecovida de Agroecologia. In: P.A. Niederle, L. Almeida & F.M. Vezzani (Orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura* (pp.171-213). Curitiba: Kairós.
- Porto-Gonçalves, C.W. (2001). Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: A.E. Ceceña & E. Sader (Orgs.). *La Guerra Infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires, Clacso.
- Radomsky, G.F.W. (2010). *Certificação Participativa e Regimes de Propriedade Intelectual*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27154>.
- Raffestin, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática.
- Santos, M. (1996). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Silva, E.B., Cardoso, F.T, Souza, G.G & Almeida, A. (2013). Perfil sócio econômicos de consumidores de produtos orgânicos. *Revista Verde*, 8(1), p. 83-89.
- Silveira, P.R.C & Guimarães, G.M. (2010). Conflitos e desafios na comercialização de produtos orgânicos processados nas redes de supermercados. In: J.S. Guivant, G. Spaargaren, & C. Rial (Orgs.). *Novas práticas alimentares no mercado global* (pp.155-166). Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Souza, M.L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: I.E. Castro, P.C.C. Gomes & R.L. Corrêa (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas* (pp. 77-116). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2009). "Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: M.A. Saquet, E.S. Sposito (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos* (pp. 57-72). São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2015). Redes. In: _____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* (pp. 163-178). 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Recebido em 27/06/2022

Aceito em 02/10/2023